

SUMÁRIO

Edital sistematizado (para facilitar a pesquisa e otimizar seu estudo).....	35
Capítulo I	
FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	39
1. Fontes e integração.....	39
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	41
2.1. Eficácia no tempo.....	41
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	43
2.1.1.1. Honorários Periciais	45
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	46
2.1.1.3. Recursos	46
2.2. Eficácia no espaço.....	47
3. Princípios	48
3.1. Introdução	48
3.2. Princípios constitucionais do processo	48
3.2.1. Devido processo legal	48
3.2.2. Princípio do juiz natural	49
3.2.3. Princípio da igualdade processual.....	50
3.2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	51
3.2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa	51
3.2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais	53
3.2.7. Princípio da publicidade.....	54
3.2.7.1. Lei Geral de Proteção de Dados.....	55
3.2.8. Princípio da duração razoável do processo.....	56
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	57
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	57
3.3.2. Princípio da cooperação.....	59
3.3.3. Princípio da boa-fé	59
3.4. Outros princípios processuais.....	61
3.4.1. Princípio dispositivo	61
3.4.2. Princípio inquisitivo	61
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	62
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas.....	62
3.4.5. Princípio da preclusão.....	62
3.5. Princípios do processo do trabalho	63
3.5.1. Princípio da proteção	63
3.5.2. Princípio da conciliação	64
3.5.3. Princípio do <i>jus postulandi</i>	65
3.5.4. Princípio da oralidade	65
3.5.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias ...	66
3.5.6. Princípio da extrapetição	67

3.5.7. Princípio da simplicidade	67
4. Questões dissertativas	68

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	71
1. Introdução	71
2. Tribunal Superior do Trabalho	72
2.1. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	74
3. Tribunais Regionais do Trabalho	76
4. Juízes do trabalho	79
5. Ingresso na carreira	79
6. Garantias dos juízes	80
7. Vedações dos juízes	81
8. Deveres e poderes dos juízes	81
9. Juízo 100% Digital	82
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	84
10.1. Secretarias das varas do trabalho	84
10.2. Secretarias dos tribunais	86
10.3. Serviços de distribuição de feitos	86
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	88
11. Questões dissertativas	89

Questões

CAPÍTULOS I E II	93
1. Questões com gabarito comentado	93

Capítulo III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	99
1. Ministério Público: Conceito	99
2. Organização	99
3. Ministério Público do Trabalho	100
4. Princípios institucionais	102
4.1. Unidade	102
4.2. Indivisibilidade	103
4.3. Independência funcional	103
4.4. Promotor natural	103
5. Atribuições do Ministério Público do Trabalho	103
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público	105
7. Questões dissertativas	107

Capítulo IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO	109
1. Formas de solução de conflitos	109
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	110
2.1. Mediação e Conciliação	110
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	112

2.2.1.	Introdução.....	112
2.2.2.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa.....	112
2.2.3.	Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia.....	113
2.2.4.	Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP.....	114
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial....	115
3.	Arbitragem.....	116
4.	Jurisdição.....	118
4.1.	Jurisdição voluntária.....	118
4.2.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho.....	118
4.3.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial.....	119
4.3.1.	Petição conjunta.....	119
4.3.2.	Representação por advogado.....	119
4.3.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial.....	120
4.3.4.	Realização de audiência.....	120
4.3.5.	Sentença.....	120
4.3.6.	Requisitos do acordo extrajudicial.....	121
4.3.6.1.	Transação.....	121
4.3.6.2.	Observância de prazo para pagamento das verbas rescisórias.....	122
4.3.6.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho).....	122
4.3.7.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional.....	123
5.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	124

Capítulo V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	127
1. Competência.....	127
1.1. Introdução.....	127
1.2. Classificação.....	128
1.2.1. Competência originária e derivada.....	128
1.2.1.1. Ação acessória.....	129
1.2.2. Competência exclusiva e competência concorrente.....	129
1.2.3. Competência absoluta e relativa.....	129
1.2.3.1. Competência absoluta.....	129
1.2.3.2. Competência relativa.....	130
1.2.3.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa.....	131
2. Critérios de modificação da competência.....	132
2.1. Conexão e continência.....	132
3. Competência em razão da matéria e da pessoa.....	134
3.1. Ações oriundas da relação de trabalho.....	136
3.1.1. Relações de consumo.....	137
3.1.2. Honorários advocatícios.....	137
3.1.3. Ações Penais.....	138
3.1.4. Representantes Comerciais.....	139
3.1.5. Motoristas de aplicativo.....	139

3.1.6.	Transportadores autônomos	140
3.2.	Entes de direito público externo	141
3.2.1.	Estados estrangeiros	142
3.2.2.	Organismos ou organizações internacionais	142
3.2.3.	Esquema	143
3.3.	Servidores da administração pública	144
3.3.1.	Relação empregatícia	144
3.3.2.	Vínculo estatutário	146
3.3.3.	Vínculo temporário	146
3.3.4.	Cessão de servidor	147
3.3.5.	Cargo em comissão	148
3.3.6.	Alteração do regime de contratação	148
3.4.	Competência trabalhista perante a greve	149
3.4.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público	151
3.5.	Ações envolvendo sindicatos	151
3.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	153
3.6.1.	Mandado de segurança	153
3.6.2.	<i>Habeas corpus</i>	154
3.6.3.	<i>Habeas data</i>	155
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	156
3.7.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós contratual	158
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	158
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir ...	159
3.9.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia	161
3.9.2.	Contribuições de terceiros	161
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	162
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	162
3.12.	Competência normativa	163
4.	Competência funcional	164
5.	Competência em razão do lugar (territorial)	165
5.1.	Local da prestação dos serviços	166
5.1.1.	Prestação de serviços em diversas localidades	166
5.2.	Agente ou viajante comercial	166
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior	167
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	168
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	169
5.6.	Foros distritais ou regionais	170
5.7.	Foro de eleição	171
6.	Conflitos de competência	172
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	174
8.	Teses Vinculantes do TST	177
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	177

Questões

CAPÍTULOS III A V.....	181
1. Questões com gabarito comentado	181
2. Questões de concursos	191
3. Gabarito	192

Capítulo VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	193
1. Conceito	193
2. Capacidade de ser parte	193
3. Capacidade processual	194
3.1. Representação	194
3.1.1. Incapazes	195
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	196
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações	197
3.1.3. Representação em audiência	198
4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	200
5. Representação por advogado	203
5.1. Substabelecimento	204
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	205
5.3. Mandato tácito	206
5.4. Estagiário	207
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	207
5.6. Regularização da representação	210
6. Honorários advocatícios	212
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais	212
7. Benefício da justiça gratuita	215
7.1. Conceito	215
7.2. Benefício da justiça gratuita x assistência judiciária gratuita	215
7.3. Características do benefício da justiça gratuita	215
7.4. Sujeitos beneficiários	219
7.5. Abrangência da gratuidade	220
7.6. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	221
7.7. Litigância de má-fé e beneficiário da justiça gratuita	221
8. Litisconsórcio	222
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	226
9. Substituição processual	226
10. Sucessão processual	228
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	229
12. Litigância de má-fé	230
12.1. Beneficiário da justiça gratuita	232
13. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe	232
13.1. Procedimento	233
13.2. Coronavírus e fato do príncipe	234
14. Assédio processual	235
15. Questões dissertativas e estudos de caso	236

16. Teses Vinculantes do TST	239
17. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	242

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS	247
1. Introdução	247
2. Comunicação dos atos processuais	248
2.1. Formas de citação	249
2.1.1. Notificação postal	249
2.1.2. Notificação por edital	251
2.1.3. Notificação por oficial de justiça	251
2.1.4. Notificação por meio eletrônico	252
2.2. Formas de intimação	254
2.2.1. Intimação pelo diário oficial.....	254
2.2.2. Intimação postal ou por oficial de justiça.....	254
2.2.3. Intimação eletrônica	255
2.2.4. Intimação na audiência	255
3. Prazos processuais.....	256
3.1. Princípios dos prazos processuais	258
3.2. Contagem dos prazos processuais.....	258
3.2.1. Contagem em dias úteis	260
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	260
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	261
3.2.4. Interrupção e suspensão.....	262
3.2.4.1. Recesso forense e o CPC/2015	263
3.3. Prazos diferenciados	264
3.4. Principais prazos processuais	266
4. Despesas processuais	267
4.1. Custas processuais.....	268
4.1.1. Valor das custas processuais	268
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	270
4.1.3. Momento do recolhimento das custas.....	270
4.1.4. Isentos do pagamento das custas.....	271
4.2. Valor dos emolumentos.....	272
4.3. Honorários periciais.....	273
5. Negócio jurídico processual	275
6. Questões dissertativas e estudos de caso	278
7. Teses vinculante do TST	280
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	280

Questões

CAPÍTULOS VI E VII.....	285
1. Questões com gabarito comentado	285
2. Questões de concursos	295
3. Gabarito.....	298

Capítulo VIII

NULDADES PROCESSUAIS	299
1. Vícios processuais: classificação	299
2. Princípios das nulidades processuais.....	300
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	300
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	300
2.3. Princípio da economia processual	302
2.4. Princípio do interesse.....	302
2.5. Princípio da utilidade.....	303
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas.....	303
3. Arguição e efeitos da declaração de nulidade	303
4. Quadro resumido	304
5. Questões dissertativas e estudos de caso	304

Capítulo IX

PETIÇÃO INICIAL.....	307
1. Formas de reclamação.....	307
2. Requisitos da petição inicial	308
2.1. Valor da causa	309
2.2. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	309
2.3. Pedido	310
2.3.1. Requisitos do pedido	311
2.3.2. Cumulação de pedidos.....	312
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	314
4. Indeferimento da petição inicial.....	315
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	317
5. Improcedência liminar do pedido	318
6. Desistência da reclamação.....	319
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	320
7. Questões dissertativas e estudos de caso	321
8. Precedentes Vinculantes do TST.....	322

Questões

CAPÍTULOS VIII E IX.....	323
1. Questões com gabarito comentado	323

Capítulo X

AUDIÊNCIAS.....	327
1. Generalidades	327
2. Atraso na audiência	330
3. Fracionamento da audiência.....	331
4. Comparecimento das partes.....	331
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	332
4.1.1. Preposto e advogado	333
4.2. Ausência do reclamante	334
4.3. Ausência do reclamado	336

4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	337
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	338
4.4. Comparecimento na audiência inaugural e não pagamento das verbas res- cisórias incontroversas	340
5. Suspensão da audiência	341
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência	341
6.1. Distinção	341
6.2. Audiência por videoconferência	342
6.3. Audiência telepresencial.....	346
6.4. Regras comuns	347
6.5. Sustentação oral	348
7. Acordo judicial.....	348
8. Questões dissertativas e estudos de caso	351
9. Teses Vinculantes do TST	352
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	353

Capítulo XI

RESPOSTA DO RÉU	355
1. Introdução	355
2. Contestação	357
2.1. Defesas processuais.....	357
2.1.1. Incompetência relativa	358
2.1.2. Perempção	358
2.1.3. Legitimidade.....	359
2.2. Defesas de mérito.....	360
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	362
2.3. Princípios.....	363
2.3.1. Princípio da impugnação específica	363
2.3.2. Princípio da eventualidade	364
2.4. Revelia.....	364
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	365
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	366
3. Exceções	368
3.1. Exceção de impedimento e suspeição	370
3.1.1. Momento de alegação	372
3.1.2. Procedimento.....	372
3.2. Exceção de incompetência (relativa)	374
3.2.1. Prazo para apresentação	376
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente	376
3.2.3. Suspensão do processo.....	377
3.2.4. Contraditório.....	377
3.2.5. Produção de prova oral	377
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência	378
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	378
3.2.8. Fluxograma	379
4. Reconvenção.....	380
5. Questões dissertativas e estudos de caso	381

6. Teses vinculantes do TST	382
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	383

Questões

CAPÍTULOS X E XI.....	385
1. Questões com gabarito comentado	385
2. Questões de concurso	391
3. Gabarito	393

Capítulo XII

PROVAS	395
1. Introdução	395
2. Princípios da prova	396
2.1. Contraditório e ampla defesa	396
2.2. Necessidade	398
2.3. Oralidade.....	398
2.4. Imediação.....	399
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	399
3. Classificação	400
4. Ônus da prova	401
4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)..	402
4.1.1. Teoria Estática do ônus da prova.....	402
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova	403
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova.....	404
4.1.2.2. Fundamentação da decisão.....	404
4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil	405
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova.....	405
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST	406
4.2.1. Equiparação salarial	406
4.2.2. Recebimento da notificação	407
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	407
4.2.4. Horas extraordinárias.....	408
4.2.4.1. Empregado doméstico e motorista profissional	411
4.2.4.2. Cartões de ponto sem assinatura	411
4.2.4.3. Trabalho externo	412
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave	412
4.2.6. Vale-transporte	413
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS	414
4.2.8. Terceirização na Administração Pública	415
4.2.9. Esquema.....	416
5. Prova emprestada.....	416
6. Alteração da ordem de produção dos meios de prova	418
7. Meios de prova	419
7.1. Interrogatório e depoimento pessoal.....	420
7.1.1. Confissão.....	423
7.2. Prova testemunhal.....	425

7.2.1. Generalidades.....	425
7.2.2. Quem pode testemunhar?	425
7.2.3. Número máximo de testemunhas	427
7.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência.....	428
7.2.5. Procedimento.....	429
7.2.6. Multa aplicada à testemunha.....	431
7.3. Prova documental.....	432
7.3.1. Falsidade de documento	434
7.4. Prova pericial.....	435
7.5. Inspeção judicial	439
8. Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	440
9. Encerramento da instrução.....	441
10. Questões dissertativas e estudos de caso	442
11. Teses vinculantes do TST	444
12. Teses vinculantes do STF	446
13. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	446

Capítulo XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA.....	449
1. Pronunciamentos judiciais.....	449
1.1. Sentença.....	449
1.2. Decisão Interlocutória	450
1.3. Despacho.....	451
1.4. Acórdão.....	451
2. Requisitos da sentença	451
2.1. Fundamentação.....	453
3. Classificação	458
4. Princípio da congruência.....	459
5. Publicação e intimação.....	462
6. Juízo de retratação.....	463
7. Julgamento Antecipado	463
7.1. Julgamento Antecipado Total	463
7.2. Julgamento Parcial do Mérito	463
8. Efeitos anexos da sentença.....	465
8.1. Hipoteca Judiciária	465
9. Coisa Julgada	467
10. Questões dissertativas e estudos de caso	468
11. Precedentes Vinculantes do TST.....	469

Capítulo XIV

TUTELA PROVISÓRIA	471
1. Tutela provisória	471
1.1. Distinção: tutela de urgência e tutela de evidência	472
2. Tutelas de urgência	474
2.1. Requisitos para concessão	476
2.2. Formas de requerimento.....	478
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	478

2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada.....	479
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	480
3. Tutela de evidência	480
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	481
4. Momento de concessão e meios de impugnação	481
5. Questões dissertativas	483

Capítulo XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	485
1. Procedimento Sumaríssimo	485
1.1. Incidência	485
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação.....	486
1.3. Audiência.....	486
1.4. Sentença.....	487
1.5. Recursos	488
1.5.1. Recurso ordinário	488
1.5.2. Recurso de revista.....	488
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência).....	489
2. Procedimento Sumário.....	489
3. Procedimento ordinário	491
4. Questões dissertativas e estudos de caso	491
5. Teses vinculantes do TST	492
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	492

Questões

CAPÍTULOS XII A XV.....	493
1. Questões com gabarito comentado	493
2. Questões de concursos	499
3. Gabarito	500

Capítulo XVI

RECURSOS TRABALHISTAS	501
1. Teoria geral dos recursos.....	501
1.1. Meios de impugnação.....	501
1.2. Conceito de recurso.....	501
1.3. Classificação	503
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	503
1.3.2. Quanto à fundamentação	503
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	504
1.3.4. Quanto à independência	504
1.3.5. Resumo das classificações.....	507
1.4. Princípios recursais.....	508
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	508
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	508
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade).....	508
1.4.4. Princípio da consumação.....	509
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade).....	509

1.4.6.	Princípio da dialeticidade.....	511
1.4.7.	Princípio da voluntariedade.....	513
1.4.8.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	513
1.4.9.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias ...	513
1.4.10.	Princípio da primazia da decisão de mérito	515
1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	516
1.5.1.	Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	519
1.5.1.1.	Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	520
1.5.1.2.	Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência.....	521
1.5.2.	Poderes do relator	522
1.6.	Pressupostos recursais	524
1.6.1.	Introdução.....	524
1.6.2.	Cabimento	525
1.6.3.	Legitimidade para recorrer	526
1.6.4.	Interesse em recorrer	527
1.6.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer ...	527
1.6.5.1.	Aceitação da decisão	527
1.6.5.2.	Renúncia	527
1.6.5.3.	Desistência	528
1.6.6.	Tempestividade	529
1.6.6.1.	Intempestividade	530
1.6.7.	Representação	531
1.6.8.	Preparo	535
1.6.8.1.	Custas processuais.....	536
1.6.8.2.	Depósito recursal	540
1.6.8.2.1.	Generalidades	540
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação	541
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo	541
1.6.8.2.4.	Correção monetária	542
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial	543
1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal	545
1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	548
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	549
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal ...	550
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	551
1.6.9.	Regularidade formal.....	552
1.7.	Juntada de documentos.....	553
1.8.	Efeitos recursais.....	553
1.8.1.	Efeito obstativo	553
1.8.2.	Efeito devolutivo.....	553
1.8.3.	Efeito suspensivo	556
1.8.4.	Efeito translativo.....	557
1.8.5.	Efeito regressivo	557
1.8.6.	Efeito expansivo.....	558

1.8.7.	Efeito substitutivo	558
1.9.	Remessa Necessária.....	559
2.	Recursos em espécie.....	562
2.1.	Embargos de declaração	562
2.1.1.	Introdução.....	562
2.1.2.	Competência	562
2.1.3.	Prazo para interposição	562
2.1.4.	Hipóteses de cabimento.....	563
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis.....	565
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	565
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	567
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios.....	568
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	569
2.2.	Recurso ordinário	570
2.2.1.	Introdução.....	570
2.2.2.	Hipóteses de cabimento	570
2.2.3.	Juízo de retratação	571
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal.....	572
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo.....	573
2.3.	Agravo de petição.....	574
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	577
2.4.	Recurso de revista	578
2.4.1.	Introdução.....	578
2.4.2.	Prazo	578
2.4.3.	Competência para julgamento	579
2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	579
2.4.4.1.	Prequestionamento.....	580
2.4.4.2.	Transcendência.....	582
2.4.5.	Hipóteses de cabimento.....	583
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	584
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista.....	588
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	591
2.4.6.	Rito sumaríssimo.....	592
2.4.7.	Fase de execução	592
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	593
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas.....	593
2.4.9.1.	Introdução	593
2.4.9.2.	Requisitos	594
2.4.9.3.	Processamento	594
2.4.9.3.1.	Competência.....	594
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação.....	595
2.4.9.3.3.	Suspensão de outros recursos	595
2.4.9.3.4.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho.....	596

2.4.9.3.5.	Julgamento.....	598
2.4.9.3.6.	Efeito do julgamento para os processos futuros ..	600
2.4.9.3.7.	Desistência da ação em curso no primeiro grau ..	600
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repeti- tivos.....	601
2.5.	Embargos no TST	601
2.5.1.	Introdução.....	601
2.5.2.	Embargos infringentes	602
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	603
2.5.3.1.	Introdução.....	603
2.5.3.2.	Prazo	603
2.5.3.3.	Competência para julgamento.....	603
2.5.3.4.	Prequestionamento.....	604
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	604
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo...	605
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	606
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	607
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade.....	607
2.6.	Agravo de instrumento	607
2.6.1.	Cabimento.....	607
2.6.2.	Prazo	610
2.6.3.	Competência	611
2.6.4.	Pressupostos recursais.....	611
2.6.4.1.	Formação do instrumento.....	612
2.6.5.	Juízo de retratação	613
2.7.	Agravo interno e regimental.....	613
2.7.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista	615
2.7.2.	Multa no agravo interno	616
2.8.	Recurso extraordinário	618
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo.....	620
3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	622
3.1.	Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	622
3.2.	Natureza Jurídica.....	624
3.3.	Cabimento e requisitos.....	624
3.4.	Competência	625
3.5.	Legitimidade.....	625
3.5.1.	Desistência ou abandono	626
3.6.	Procedimento	626
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR.....	629
4.	Incidente de Assunção de Competência.....	630
4.1.	Introdução.....	630
4.2.	Cabimento	631
4.3.	Competência	631
4.4.	Legitimidade.....	632
4.5.	Objetivos.....	632
4.6.	Requisitos.....	632
4.7.	Procedimento.....	633

4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	634
4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência.....	634
4.10. Assunção de competência no TST.....	635
5. Reclamação.....	637
5.1. Introdução.....	637
5.2. Natureza Jurídica.....	638
5.3. Cabimento.....	638
5.4. Legitimidade.....	639
5.5. Procedimento.....	639
5.6. Recursos da decisão da reclamação.....	640
6. Reclamação correicional.....	640
7. Questões dissertativas e estudos de caso.....	642
8. Teses Vinculantes do TST.....	645
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	646
Questões	
CAPÍTULO XVI.....	663
1. Questões com gabarito comentado.....	663
2. Questões de concurso.....	671
3. Gabarito.....	671
Capítulo XVII	
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	673
1. Introdução.....	673
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal.....	674
3. Modalidades de liquidação.....	674
3.1. Liquidação por cálculos.....	675
3.1.1. Procedimento.....	675
3.2. Liquidação por arbitramento.....	676
3.3. Liquidação por artigos.....	677
4. Juros e correção monetária.....	678
4.1. Modulação de efeitos.....	680
4.2. Juros e correção monetária depois da Lei nº 14.905/2024.....	681
4.3. Condenação em face da Fazenda Pública.....	683
5. Impugnação da decisão de liquidação.....	684
6. Questões dissertativas e estudos de caso.....	686
7. Teses vinculantes do TST.....	686
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	687
Capítulo XVIII	
EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	689
1. Introdução.....	689
2. Título executivo.....	690
2.1. Títulos judiciais.....	690
2.2. Títulos extrajudiciais.....	690
3. Execução provisória e definitiva.....	691

4. Competência	694
5. Legitimidade	694
5.1. Legitimidade ativa	694
5.2. Legitimidade passiva	695
6. Responsabilidade patrimonial	695
6.1. Responsabilidade do sucessor	698
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização	698
6.3. Responsabilidade do sócio	701
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	701
6.3.2. Responsabilidade do sócio retirante (ex-sócio)	704
6.3.3. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico	705
7. Fraude contra credores e fraude à execução	707
7.1. Fraude contra credores	707
7.2. Fraude à execução	708
7.2.1. Bens sujeitos a registro	710
7.3. Principais diferenças	711
8. Execução por quantia certa	711
8.1. Introdução	711
8.2. Citação	712
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	713
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	715
8.3.2. Protesto	716
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SE-RASAJUD)	717
8.4. Nomeação de bens	718
8.5. Penhora	719
8.5.1. Depositário	721
8.5.2. Penhora em dinheiro	722
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora <i>on-line</i>)	723
8.5.2.2. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	725
8.5.3. Penhora de semoventes e de animais de estimação	726
8.5.4. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	727
8.5.5. Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia	728
8.5.6. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	729
8.5.7. Bens impenhoráveis	730
8.5.8. Impenhorabilidade da remuneração do executado	731
8.5.8.1. Impenhorabilidade do bem de família	734
8.6. Defesa na execução	736
8.6.1. Embargos à execução	736
8.6.1.1. Natureza Jurídica	736
8.6.1.2. Prazo	736
8.6.1.3. Competência	738
8.6.1.4. Matérias passíveis de alegação (objeto)	738
8.6.1.5. Efeito Suspensivo dos embargos	740
8.6.1.6. Procedimento	740

8.6.2.	Exceção de pré-executividade.....	741
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação.....	742
8.6.4.	Embargos de terceiros.....	742
8.6.4.1.	Generalidades.....	742
8.6.4.2.	Prazo.....	743
8.6.4.3.	Competência.....	744
8.7.	Prescrição intercorrente.....	745
8.8.	Expropriação de bens.....	746
8.8.1.	Adjudicação.....	746
8.8.2.	Arrematação.....	747
8.8.2.1.	Introdução.....	747
8.8.2.2.	Legitimidade.....	748
8.8.2.3.	Publicidade.....	749
8.8.2.4.	Lance.....	750
8.8.2.5.	Pagamento.....	751
8.8.2.6.	Pagamento parcelado.....	751
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado.....	751
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado.....	753
8.8.2.7.	Pagamento a maior ao exequente.....	754
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação.....	755
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente.....	756
8.10.	Remição da execução.....	757
8.11.	Execução de prestações sucessivas.....	758
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer.....	758
9.1.	Título judicial.....	758
9.2.	Título extrajudicial.....	760
10.	Execução de contribuições previdenciárias.....	761
11.	Execução contra a massa falida.....	766
12.	Execução contra a Fazenda Pública.....	767
12.1.	Introdução.....	767
12.2.	Precatório.....	769
12.2.1.	Ordem preferencial.....	771
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento.....	773
12.3.	Requisição de pequeno valor.....	773
13.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	775
14.	Teses Vinculantes do TST.....	777
15.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	779
Questões		
CAPÍTULOS XVII E XVIII.....		
1.	Questões com gabarito comentado.....	783
2.	Questões de concursos.....	788
3.	Gabarito.....	789

Capítulo XIX

DISSÍDIO COLETIVO	791
1. Conceito	791
2. Classificação	792
3. Poder normativo	793
3.1. Limites	793
3.1.1. Limite mínimo.....	793
3.1.2. Limite máximo.....	794
4. Competência	795
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	795
5. Legitimidade	796
6. Pressupostos processuais específicos	797
6.1. Negociação prévia.....	797
6.2. Autorização em assembleia.....	798
6.3. Comum acordo.....	798
6.4. Época própria para ajuizamento.....	799
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	800
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	800
7. Procedimento	800
8. Sentença normativa.....	801
8.1. Conceito e natureza jurídica.....	801
8.2. Início da vigência	802
8.3. Prazo de vigência.....	802
8.4. Extensão	802
9. Coisa julgada	804
10. Recursos	804
10.1. Efeito suspensivo	804
11. Dissídio revisional	805
12. Dissídio coletivo na administração pública	806
13. Ação de cumprimento	806
13.1. Natureza jurídica.....	806
13.2. Cabimento	807
13.3. Competência	807
13.4. Legitimidade.....	808
13.5. Momento do ajuizamento.....	808
13.6. Prescrição.....	808
13.7. Objeto.....	808
13.8. Coisa julgada.....	808
14. Questões dissertativas e estudos de caso	809
15. Precedentes vinculantes do TST.....	810
16. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	810

Questões

CAPÍTULO XIX.....	813
1. Questões com gabarito comentado	813

Capítulo XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	815
1. Inquérito para apuração de falta grave.....	815
1.1. Cabimento.....	815
1.2. Prazo para propositura.....	816
1.3. Procedimento.....	817
1.4. Efeitos da sentença.....	817
2. Ação Civil Pública.....	818
2.1. Introdução.....	818
2.2. Cabimento.....	818
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	819
2.4. Competência.....	821
2.5. Legitimidade.....	823
2.6. Litisconsórcio.....	825
2.7. Objeto.....	825
2.8. Tutelas de urgência.....	827
2.9. Prescrição.....	828
2.10. Litispendência.....	829
2.11. Instrução.....	830
2.12. Sentença.....	831
2.13. Coisa julgada.....	831
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos.....	832
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos.....	835
2.13.3. Esquema.....	836
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios.....	836
3. Ação rescisória.....	837
3.1. Introdução.....	837
3.2. Competência.....	837
3.3. Legitimidade.....	840
3.4. Pressuposto da ação rescisória.....	841
3.4.1. Trânsito em julgado.....	842
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente.....	843
3.5. Prazo para ajuizamento.....	846
3.5.1. Recurso parcial.....	847
3.5.2. Acordo homologado judicialmente.....	848
3.6. Hipóteses de cabimento.....	849
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	851
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo.....	852
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	852
3.6.4. Ofensa à coisa julgada.....	854
3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	856
3.6.6. Prova falsa.....	859
3.6.7. Obtenção de prova nova.....	859
3.6.8. Erro de fato.....	860

3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório	862
3.8. Valor da causa	862
3.9. Depósito prévio	863
3.10. Procedimento	863
3.11. Honorários advocatícios	864
3.12. Recurso.....	865
3.13. Ação rescisória de ação rescisória.....	866
3.14. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	866
4. Mandado de segurança	879
4.1. Conceito.....	879
4.2. Legitimidade	880
4.2.1. Legitimidade ativa	880
4.2.2. Legitimidade passiva	880
4.3. Competência	881
4.4. Modalidades	882
4.5. Cabimento	882
4.6. Ato ilegal ou abuso de poder.....	883
4.7. Direito líquido e certo.....	883
4.8. Prazo para impetração	885
4.9. Petição inicial	886
4.10. Despacho da petição inicial.....	887
4.11. Informações da autoridade coatora	887
4.12. Parecer do Ministério Público.....	887
4.13. <i>Jus postulandi</i>	888
4.14. Honorários advocatícios	888
4.15. Recurso.....	888
4.16. Reexame necessário	889
4.17. Mandado de segurança coletivo	889
4.18. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	890
5. Consignação em Pagamento	894
5.1. Cabimento	894
5.2. Objeto	895
5.3. Competência	895
5.4. Legitimidade	895
5.5. Procedimento	895
6. Ação monitória	897
6.1. Conceito.....	897
6.2. Aplicação ao processo do trabalho.....	897
6.3. Procedimento	898
7. Questões dissertativas e estudos de caso	900

Questões

CAPÍTULO XX	903
1. Questões com gabarito comentado	903

Capítulo XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	909
--	------------

1. Introdução	909
2. Sistema de peticionamento eletrônico	911
3. Processo judicial eletrônico	912
3.1. Introdução	912
3.2. Assinatura digital	913
3.3. Usuários	915
3.3.1. Responsabilidade do usuário	917
3.3.2. Uso inadequado do sistema	918
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	918
3.5. Recebimento de arquivos	920
3.6. Documentos	921
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados	922
3.7. Consulta	922
3.7.1. Segredo de justiça e do sigilo	923
3.8. Atos processuais	924
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	924
3.8.2. Prazos processuais	925
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	926
3.8.2.2. Suspensão	926
3.8.3. Juntada de petições	927
3.8.3.1. Petição inicial	927
3.8.3.2. Resposta do réu	929
3.8.4. Audiência	929
3.8.5. Carta precatória	930
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau	930
3.9. Administração do sistema	931
3.9.1. Comitê Gestor Nacional do Pje (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	931
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do Pje (CNEPJe)	932
3.9.2. Comitês Gestores Regionais (CGRPJe)	933
3.9.3. Administrador do sistema	935
3.9.4. Equipe de teste	936
4. Questões Dissertativas e Estudos de Caso	936
Questão	
CAPÍTULO XXI	939
1. Questão com gabarito comentado	939
BIBLIOGRAFIA	941